



**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Prefeito**

LEI MUNICIPAL Nº 4.263, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre a percepção de honorários de sucumbência aos procuradores, e advogados públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo e ao Procurador-Geral do Município de Sapucaia do sul, com base no artigo 22, da Lei Federal nº 8.906/94 e no artigo 85, § 19 da Lei Federal nº 13.105/2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

LEI:

Art. 1º Nas ações judiciais de qualquer natureza, em que for parte o Município de Sapucaia do Sul, os honorários advocatícios fixados por arbitramento, acordos ou sucumbência pertencem integralmente aos procuradores, advogados públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo e Procurador-Geral do Município de Sapucaia do Sul.

§ 1º O disposto no *caput* abrange todas as ações ajuizadas, que estejam em andamento ou não, bem como os acordos de parcelamentos extrajudiciais decorrentes de demandas judiciais.

§ 2º Os honorários constituem verba variável, não incorporável nem computável para cálculo de qualquer vantagem remuneratória.

§ 3º A verba honorária a que alude o "caput" do artigo 1º desta Lei se estende aos servidores estáveis que exerçam função de advogado e que estejam lotados na PGM, nos termos do "caput" do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 4º Os honorários serão partilhados em partes iguais entre procuradores e advogados públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo que estejam em exercício



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Prefeito

no momento da percepção da verba honorária a ser rateada, ou quando do quadro de aposentados pelo período de 5 (cinco) anos a contar do ato da aposentadoria, desde que aposentadoria seja requerida após a publicação desta lei.

§ 5º Os advogados públicos do Município estabilizados pelo artigo 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal farão jus à percepção da verba honorária pelo prazo de 5 (cinco) anos após o desligamento do Executivo Municipal.

§ 6º Somente farão jus aos honorários advocatícios os servidores públicos titulares do cargo de procurador municipal e advogado público de cargo de provimento efetivo, após 3(três) anos de efetivo exercício.

§ 7º Fazem jus aos honorários que alude o "caput" do artigo 1º desta Lei os procuradores, e advogados municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo sem distinção de cargo, função, carreira, órgão ou entidade desde que lotados no Poder Executivo.

§ 8º O Procurador-Geral do Município fará jus aos honorários nos termos desta lei, enquanto estiver no exercício do cargo.

§ 9º Os honorários previstos no *caput* deste artigo são verbas de natureza privada, não constituindo encargos ao Tesouro Municipal, sendo pagos exclusivamente pela parte sucumbente ou devedora.

Art. 2º Considera-se em exercício para fins de recebimento dos honorários os Procuradores e advogados públicos de provimento efetivo do Município, que estiver em gozo das licenças previstas no artigo 114 da Lei Municipal 2.028/1997, exceto:

- I - para prestação de serviço militar;
- II - para tratar de interesses particulares;
- III - para acompanhar o cônjuge ou companheiro (a);
- IV - para o desempenho de mandato classista;
- V - para concorrer a mandato público eletivo;



**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Prefeito**

VI - para o exercício de mandato eletivo;

§ 1º Não entrarão no rateio dos honorários os procuradores e os advogados municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo, em licença para exercer atividade política ou sindical, bem como, as(os) pensionistas.

§ 2º Não farão jus aos honorários procuradores, e advogados públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo que forem cedidos ou permutados para outros órgãos ou entidade dos Poderes da União, dos Estados e de outros Municípios;

§ 3º Será excluído da partilha de honorários o titular do direito que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento e aposentadoria, nos termos do disposto nos § 4º e § 5º do art. 1º desta lei.

Art. 3º A verba correspondente aos honorários advocatícios de que trata esta Lei será depositada em conta especial, aberta pela Secretaria Municipal da Fazenda exclusivamente para este fim, sendo a quantia apurada mensalmente, rateada em partes iguais entre todos os seus titulares, respeitada a limitação temporal do §4º do artigo 1º desta lei, no mês subsequente à data em que se consumir o recolhimento, e paga até o dia 10 (dez) de cada mês.

Parágrafo único. Sobre a parcela dos honorários advocatícios de sucumbência mencionados neste artigo, somente incidirá desconto relativo ao imposto de renda de pessoa física.

Art. 4º Com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a aferição e o rateio da verba honorária entre os procuradores e advogados públicos estáveis e o Procurador-Geral do Município de Sapucaia do Sul, estes elegerão, entre si, 3(três) representantes para formarem a Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º É dever da Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência a prestação de contas trimestral dos recebimentos, rateio das verbas honorárias, registrando e conferindo publicidade a todos os demais membros dos seus atos.

§ 2º Qualquer controvérsia sobre os valores e rateio dos honorários será dirimida pela Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência.



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Prefeito

encontravam no cargo ao tempo da arrecadação, respeitado os prazos previstos nos § 4º e § 6º do artigo 1º desta lei.

§ 2º Realizada a operação descrita no *caput*, fica autorizado o encerramento da conta bancária do Fundo de Aparentamento e Modernização da Procuradoria-Geral.

Art. 11 Revoga-se a Lei Municipal nº. 3.473/2013.

Art.12 Está Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sapucaia do Sul, 06 de dezembro de 2022.



Volmir Rodrigues
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por afixação no
Painel de Informações
de 06/12/22 a 20/12/22
Registrado sob nº 4263
Nome: TISCIANA.
Cargo: Aux. Mun.